



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Requer convite ao Ilustríssimo Senhor Enio Verri, Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, para esclarecer detalhes acerca do convênio firmado entre Itaipu Binacional e a Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR), ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no valor de R\$ 81 milhões.

Senhor **Presidente**,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 Regimento Interno, que seja convidado o Ilustríssimo Senhor Enio Verri, Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, para esclarecer detalhes acerca do convênio firmado entre Itaipu Binacional e a Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR), ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no valor de R\$ 81 milhões.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento objetiva convidar o Ilustríssimo Senhor Enio Verri, Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, para esclarecer





CÂMARA DOS DEPUTADOS

detalhes acerca do convênio firmado entre Itaipu Binacional e a Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR), ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no valor de R\$ 81 milhões.

Isto porque, conforme noticiado¹, um convênio entre a Itaipu Binacional com a Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR) vai destinar, até 2027, quase R\$ 81 milhões dos caixas da hidrelétrica para uma cooperativa que integra o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). A decisão vem sendo interpretada como uma ação política de gestores indicados pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que alteraram o foco de investimentos de Itaipu. Antes, os recursos eram destinados a obras de infraestrutura.

Segundo dados da usina de Itaipu, entre 2023 e 2024, está previsto um total de R\$ 30 milhões em repasses. Em média, a usina está enviando à entidade mais de R\$ 1 milhão por mês. O volume recorde de repasses deve ocorrer em 2025, quando a previsão supera R\$ 19,3 milhões, de acordo com o convênio. A Gazeta do Povo indagou a cooperativa que integra o MST e a Itaipu sobre os parâmetros que definiram o convênio, os critérios de seleção e como será feita a prestação de contas. A cooperativa não se manifestou até a publicação da reportagem, enquanto a Itaipu informou que não se trata de um simples repasse de recursos, mas de um convênio tripartite envolvendo a Binacional, a cooperativa e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu. A hidrelétrica afirmou que a aplicação da verba milionária será monitorada e destinada à assistência técnica e ao fomento da produção de alimentos pela agricultura familiar.

¹ <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/itaipu-libera-r-81-milhoes-para-cooperativa-ligada-a-reforma-agraria-e-ao-mst/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Itaipu Binacional é uma empresa pública, mas, juridicamente, é uma entidade internacional envolvendo o Brasil e o Paraguai. Ela é regida por um tratado firmado entre os dois países em 1973, e, por esse motivo, não está sujeita à legislação brasileira, não prestando contas de forma convencional como as demais empresas públicas brasileiras. Tradicionalmente, a Itaipu realiza ações não relacionadas à geração de energia, investindo na região onde está instalada. A própria empresa define quais projetos e ações estão dentro de seu escopo para serem patrocinados ou para receberem recursos. No entanto, os gestores que tomam essas decisões são indicados pelo governo.

A direção atual assumiu em março de 2023, indicada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Desde então, a hidrelétrica passou a priorizar projetos principalmente sociais e ambientais, retirando de sua carteira de investimentos grandes obras de infraestrutura.

Durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o foco foi o investimento em infraestrutura, como a construção da segunda ponte ligando o Brasil ao Paraguai — entre as cidades de Foz do Iguaçu (PR) e Presidente Franco (PY) —, o início das obras da terceira ponte, que ligará Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta (PY), além de duplicações de rodovias e anéis viários.

Segundo o diretor-geral brasileiro da Itaipu, Enio Verri, o projeto em parceria com a cooperativa ligada ao MST não é exclusivamente de Itaipu e foi um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). *“É um projeto vinculado ao governo Lula, que está pensando no Brasil, e nós, de Itaipu, estamos reproduzindo esse pensamento aqui no estado do Paraná. Esse projeto já está em andamento, por meio dos recursos disponíveis, e pretendemos que*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

ele instrumentalize todas as nossas cooperativas e associações”, afirmou.

De acordo com o convênio milionário firmado com a Binacional, a cooperativa nasceu no início dos anos 1990 com o objetivo de *“coordenar e planejar o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas no estado”* e presta atendimento técnico e jurídico para as cooperativas envolvidas nas comunidades e assentamentos ligados a programas de reforma agrária e ao MST.

Enquanto Foz do Iguaçu [cidade sede da hidrelétrica na margem brasileira] enfrenta a maior epidemia de dengue da sua história; enquanto não temos a duplicação da BR-277 de Foz do Iguaçu a Curitiba; enquanto São Paulo, que é abastecida por energia de Itaipu, sofre com a falta de investimento na infraestrutura elétrica e fica dias sem energia, Itaipu tem a energia elétrica mais cara de todas as hidrelétricas de grande porte e investe em ações que não são de sua atividade principal e, inclusive, contrárias à prioridade do Brasil.

O Paraná é um dos estados com o maior número de áreas invadidas no Brasil. Entre espaços urbanos e rurais, são mais de 100 ocupações, muitas com reintegrações de posse determinadas pela Justiça há décadas que nunca foram cumpridas. Segundo o próprio MST, no Paraná existem 329 assentamentos onde vivem 21 mil famílias. Outras sete mil famílias aguardam terras em 81 áreas invadidas.

Há inércia e incompetência do governo federal para resolver assuntos relacionados a invasões de terras. A União não consegue gerir a defesa da propriedade. A usina atua para retirar produtores de suas terras.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Além dos impasses envolvendo invasões de terras pelo MST no Paraná, outro assunto provoca preocupação no estado: as invasões de terras agricultáveis por indígenas. A própria Itaipu anunciou a compra de 1,5 mil hectares para acomodação de famílias indígenas na região de Guaíra e Terra Roxa, na fronteira com o Paraguai, onde atualmente existem 22 áreas invadidas. Os indígenas reivindicam naquele entorno 32 mil hectares (320 quilômetros quadrados) para demarcação.

A presidente nacional do PT, a deputada federal Gleisi Hoffmann, exerceu o cargo de diretora financeira de Itaipu de 2003 a 2006, durante a gestão de Jorge Samek, ex-vereador filiado ao PT, que comandou a usina. Outra pessoa a trabalhar em Itaipu foi a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja. Ela ingressou na Itaipu aos 38 anos de idade, em 2005, e por mais de uma década e meia ocupou cargos como assistente do diretor-geral e coordenadora de programas voltados ao desenvolvimento sustentável. Isso ocorreu antes de Janja conhecer Lula, com quem se casou em maio de 2022.

A Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR), ligada ao MST e que receberá quase R\$ 81 milhões de Itaipu, se apresenta como fomentadora da comercialização de produtos nos grandes centros e se posiciona como interlocutora com outras cooperativas de diferentes regiões do país. A parceria com a Itaipu foi denominada "*Semeando Gestão e Fortalecendo a Organização Produtiva Sustentável*". A usina designou seu departamento, responsável por desenvolver projetos de tecnologia, ciência e empreendedorismo, o Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), para supervisionar as ações. O foco é a geração de emprego e renda.

Em um ato de assinatura simbólica do convênio, realizado no início deste ano na sede do Incra em Curitiba, a hidrelétrica afirmou que o objetivo era melhorar a produção, a gestão e a comercialização





CÂMARA DOS DEPUTADOS

dos alimentos produzidos pelos associados, beneficiando cerca de 3,5 mil famílias em 31 entidades, entre cooperativas e associações ligadas ao MST e a assentamentos da reforma agrária.

Os recursos destinados à entidade que atende ao MST, segundo a Itaipu, serão divididos da seguinte forma: ainda no ano passado, Itaipu repassou à entidade R\$ 10.172.735,07; em 2024, serão R\$ 19.002.258,15; no ano seguinte, o valor aumenta para R\$ 19.391.727,82, sendo este o maior montante previsto para um ano do convênio. Em 2026, o repasse será de R\$ 18.666.993,83, e, em 2027, último ano do convênio, quando pode haver um novo presidente no Brasil e, possivelmente, uma mudança na direção da usina, o valor será de R\$ 13.563.210,17.

A parceria também envolve a participação de representantes da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do governo federal.

Segundo a hidrelétrica, o convênio faz parte do Programa Itaipu Mais que Energia, iniciado no ano passado, às vésperas do período eleitoral, com a liberação de quase R\$ 1 bilhão de forma facilitada e "*com pouca burocracia*" para prefeituras e instituições localizadas em 430 municípios da nova área de abrangência determinada pela binacional. São os 399 municípios do Paraná e outros 31 do Mato Grosso do Sul.

O diretor de Coordenação de Itaipu, Carlos Carboni, justificou a parceria milionária com a cooperativa ligada ao MST, afirmando que a agricultura familiar precisa de atenção, especialmente na questão dos insumos para a evolução da agricultura orgânica, a fim de garantir produtividade, alimentos de qualidade e a necessidade de utilizar maquinários para "*tornar menos penoso o trabalho*", além da produção de energia fotovoltaica ou eólica.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Na assinatura simbólica do convênio, o presidente da CCA-PR, Fábio de Paula Herdt, declarou que o convênio possibilita a produção de alimentos saudáveis. *"A ideia por trás desse convênio é a promoção da agroecologia nos assentamentos da reforma agrária, com o potencial de melhorar a produção e focar na sustentabilidade"*, afirmou. A proposta é que os agricultores produzam e forneçam nove mil toneladas de alimentos por ano para programas de alimentação escolar, com a ampliação de uma área de 700 hectares de produção, certificada como de conformidade orgânica.

"Além do trabalho técnico de campo, o convênio também contribuirá para o fortalecimento e a profissionalização das 31 organizações da agricultura familiar beneficiadas, incluindo cooperativas, associações e agroindústrias, por meio de assessoria específica na gestão dessas organizações", descreveu a Itaipu Binacional em nota.

A hidrelétrica acrescentou que, durante a vigência do convênio, serão elaborados mil projetos de acesso a crédito para os agricultores assistidos, além de ações estratégicas para a ampliação da produção orgânica e sustentável nas propriedades acompanhadas.

Sobre a seleção da cooperativa, a hidrelétrica afirmou que o processo foi realizado em conformidade com a Norma Geral de Licitações (NGL), assim como qualquer outro processo na Itaipu Binacional, para contratações na modalidade de convênio. *"Um fator crucial na seleção, além do cumprimento de todos os requisitos legais para a contratação de serviços públicos, foi a capacidade técnica para a execução das ações previstas, no caso de Assistência Técnica e Extensão Rural, nos assentamentos distribuídos em todas as regiões do estado do Paraná"*, explicou.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Itaipu informou que outras entidades, instituições e associações com o mesmo perfil também serão contempladas com benefícios similares. Algumas já foram beneficiadas, enquanto outras ainda estão em processo de seleção. “[São] diversas organizações que contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos da Itaipu Binacional”, acrescentou a empresa.

Sobre os valores milionários destinados ao projeto com a Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná, a hidrelétrica afirmou que os montantes foram definidos de acordo com as metas previstas no convênio. “Os valores foram estabelecidos de acordo com as atividades propostas para a melhor realização e alcance dos objetivos, como pessoal, materiais, equipamentos e insumos para as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural”, concluiu.

Destarte, a sociedade e a Câmara dos Deputados têm manifestado interesse ativo nesse assunto, e, portanto, acreditamos que a participação do Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional na audiência permitirá diálogo construtivo e transparente sobre esse importante tema, possibilitando a busca por soluções que promovam o interesse público.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

